

Vinícius Eustáquio Evangelista

**DESIGUALDADE REGIONAL EM MINAS GERAIS: FORMAÇÃO HISTÓRICA E  
CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Belo Horizonte

2016

Vinícius Eustáquio Evangelista

**DESIGUALDADE REGIONAL EM MINAS GERAIS: FORMAÇÃO HISTÓRICA E  
CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientador: Roberto Nascimento Rodrigues

Belo Horizonte

2016

E92d Evangelista, Vinícius Eustáquio.  
Desigualdade regional em Minas Gerais: formação histórica e configuração contemporâneas / Vinícius Eustáquio Evangelista. -- 2016.  
50 p. : il.

Monografia (Curso Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro.

Orientador: Roberto Nascimento Rodrigues  
Referência: 200-207

1. Desigualdade Regional – Minas Gerais. 2. População indígena. 3. Desenvolvimento regional – Minas Gerais. 4. Mineração – Minas Gerais. 5. Agricultura – Minas Gerais I. Rodrigues, Roberto Nascimento. II. Título.

338.1(815.1)

Vinícius Eustáquio Evangelista

Desigualdade regional em Minas Gerais: formação histórica e configuração contemporânea

Monografia apresentada à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Roberto Nascimento Rodrigues

---

Profa. Dra. Cláudia Júlia Guimarães

---

Profa. Dra. Carla Cristina Aguiar de Souza

Belo Horizonte, 18 novembro de 2016

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus.

À minha mãe e ao meu pai.

A meus familiares, especialmente minha tia Vânia e meu tio Oberdan.

Aos meus avós, que gostaria que estivessem aqui, pois, com certeza, se sentiriam honrados.

Aos colegas do CSAP XXXI – Felipe, Estevão e Dani – pelo apoio nos momentos em que precisei.

Ao pessoal da biblioteca, Dona Judite, Mira, Elisa e Joseli.

A todos os professores do CSAP, que contribuíram de forma primordial nesse processo de formação acadêmica e crescimento pessoal.

Ao professor Roberto Nascimento, pela orientação e paciência.

Ao professor Agnez Saraiva, grande pessoa.

Ao nobre professor Danilo Vieira.

Aos colegas de SEDRU, Wesley e Miguel.

Às minhas “co-tutoras” de estágio, Elaine e Maria Nogueira.

## RESUMO

O problema das desigualdades regionais é uma característica forte do território mineiro. Parte dessa situação guarda relação com o processo de formação regional do estado. Por isso, o foco deste trabalho foi estudar alguns dos principais fatores que influenciaram nessa construção histórica. A partir disso, buscamos discutir como as desigualdades regionais podem ser percebidas no período recente. Relativamente à conclusão a que chegamos, percebemos que em Minas Gerais há uma clara divisão em nível socioeconômico entre a parte norte e sul do estado, sendo que esta apresenta melhores indicadores. E para fazer frente a essa situação é imprescindível um grande esforço por parte do poder público.

**Palavras-chave:** Desigualdades regionais; Minas Gerais; Processo histórico; Territórios de Desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

The problem of regional inequalities is a strong feature of the territory of Minas Gerais. Part of this situation is related to the state's regional training process. Therefore, the focus of this work was to study some of the main factors that influenced this historical construction. From this, we seek to discuss how regional inequalities can be perceived in the recent period. With regard to the conclusion reached, we noticed that in Minas Gerais there is a clear division in socioeconomic level between the northern and southern part of the state, which presents better indicators. And in order to face this situation it is essential to make a great effort on the part of the public power.

**Key word:** Regional inequalities; Minas Gerais; Development Territories.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A FORMAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS.....	9
3. MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA MINAS GERAIS.....	16
3.1 Breve revisão teórica.....	16
3.2 Modelo de desenvolvimento regional.....	22
3.3 Fatores impulsionadores do desenvolvimento regional de Minas Gerais.....	24
4. EVIDÊNCIAS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS EM MINAS GERAIS.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

## 1. INTRODUÇÃO

As desigualdades regionais observadas no Brasil podem ser entendidas como uma espécie de protótipo de uma realidade que também ocorre no território mineiro, um estado bastante desigual em vários quesitos. Para uma boa compreensão territorial das Minas Gerais contemporânea, com o objetivo de pensarmos possíveis soluções para o cenário de desigualdade socioeconômica vigente, é fundamental a percepção de como ocorreu o processo de configuração do estado, ou seja, a alocação da população e das atividades produtivas nas diferentes regiões do estado. Para isso, faremos um resgate histórico das dinâmicas regionais que formaram o território. É importante salientar que o mosaico regional no qual vamos trabalhar, formando o todo territorial, não é subdividido pelos limites das linhas geográficas atuais, mas sim entendido a partir da perspectiva de que

a regionalização do território para efeitos de políticas públicas tem sido um desafio constante. Por um lado, cada território enquanto espaço social (construído) é um produto social, estando, portando, em permanente mutação (Lefebvre). A simples identificação do termo região pressupõe o reconhecimento do desenvolvimento desigual no território, o qual decorre de razões históricas, naturais, culturais, políticas, econômicas etc. (CROCCO; DINIZ, 2006).

A complexa tentativa de divisão regional que conhecemos nos dias de hoje, nada mais é do que o resultado do produto inacabado daquele período.

Ao partirmos na busca do entendimento da formação do território mineiro, é preciso lembrar que o local onde hoje tomamos como sendo Minas Gerais já era ocupado por nativos. Somente a partir desse pressuposto é que iremos tratar do todo novo complexo dinâmico estruturado a partir da chegada dos não nativos. Essa perspectiva se deve, primeiramente, ao fato de que o empreendimento colonizador no litoral pressionou para que houvesse fluxos migratórios de tribos indígenas de outras regiões em direção a Minas, redefinindo a ocupação deste território antes mesmo que fosse efetivamente colonizado; em segundo lugar, porque a própria (nova) ocupação e delimitação das fronteiras do estado guarda relação direta com isso; finalmente, e não menos importante, em virtude de um merecido reconhecimento histórico aos habitantes que aqui já estavam e tiveram suas terras invadidas, além de serem muitas vezes negligenciados na consecução de políticas públicas.

O objetivo desta monografia é apontar a atual realidade econômica e regional do estado de Minas Gerais construída ao longo do século XX, mas que em grande medida é reflexo evidente dos períodos iniciais de ocupação e formação territorial, destacando a persistência de um cenário de forte disparidade regional na primeira década dos anos 2000.

Além desta introdução, a monografia é composta de outros quatro capítulos. O segundo contém um resgate histórico do povoamento do estado de Minas Gerais, ditado pelo desenvolvimento de atividades econômicas e configurando, desde o início, importantes diferenciais regionais. O terceiro capítulo apresenta uma proposta de modelo de desenvolvimento regional para Minas Gerais, com destaque para os fatores impulsionadores de tal desenvolvimento. O quarto capítulo apresenta evidências da persistência de um cenário onde ainda persistem grandes diferenciais entre os 17 territórios de desenvolvimento nos quais o estado foi desagregado. O quinto capítulo apresenta algumas considerações finais.

## 2. A FORMAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS

É sabido que o Brasil já era habitado antes da chegada dos portugueses. A costa litorânea abrigava uma grande parte desses habitantes. Assim, a forma como ocorreu a invasão lusitana provocou vários distúrbios nessas sociedades.

O desenvolvimento de atividades econômicas no litoral e o processo de colonização daquilo que viria a ser a Capitania de Minas Gerais alteraram profundamente a dinâmica deste ainda inexplorado território. Isso porque, segundo Venâncio (2007), a região já era efetivamente povoada, e no princípio do processo de colonização é provável que abrigasse entre 11 a 177 etnias diferentes.

As colonizações litorânea e sertaneja desencadearam duas consequências: no primeiro processo, ocorrido enfaticamente nos séculos XVI e XVII, houve a “diáspora” dos indígenas pelo sertão. No segundo processo, que perpassou os séculos XVII, XVIII e XIX, num primeiro momento, prevaleceu o bandeirantismo e, posteriormente, a expansão da pecuária, caracterizando neste caso um perfil sedimentado para a região.

Contudo, ainda no século XVI o território mineiro perceberia os primeiros reflexos da empreitada colonizadora, pois “a destruição, ou a imigração, dos povos indígenas aí localizados começou a ocorrer antes da expansão efetiva da fronteira colonial. Em virtude da conquista do litoral, a atividade guerreira, prática milenar entre os índios, foi intensificada” (VENÂNCIO, 2007, p. 95).

Segundo Venâncio (2007), o primeiro fluxo migratório se fez perceber no nordeste do território mineiro, advindo do eixo compreendido entre as capitanias hereditárias de Ilhéus e Porto Seguro, pressionando grupos aimorés contra os tupinambás, que se encontravam “na fronteira das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e da futura Minas Gerais”. Da mesma forma, no sul as pressões migratórias também não tardaram.

O processo de colonização nas capitanias vizinhas já foi suficiente para desestruturar socialmente as etnias que ocupavam o território mineiro, mas a

questão não ficou por aí, já que a partir do século XVII Minas Gerais passa a ser diretamente explorada.

A não ser pela historiografia especializada, o mais comum ao se falar do processo de ocupação de Minas Gerais é tomar como ponto de partida as descobertas minerais. Contudo, a efetiva colonização começou ainda no século anterior ao do período aurífero, com consequências para o mundo indígena, que oscilou entre o extermínio e a escravização. Essa ocupação ocorreu a partir de dois eixos de penetração.

Um primeiro eixo que pode ser citado é aquele via norte do território, efetuado devido ao decréscimo no número de escravos das fazendas açucareiras na Bahia. Assim, logo nos primeiros anos do século XVII, baianos começaram a organizar expedições de apresamento indígena, semelhante às que os bandeirantes paulistas realizavam. Contudo, já em meados do século o perfil de exploração começou a se alterar: “o fundamental não era mais escravizar índios, mas, sim, conquistar terras” (VENÂNCIO, 2007, p. 97).

Posteriormente, o eixo de penetração via sul do território foi progressivamente se tornando mais robusto. Esta efetivação ocorreu devido à incapacidade dos paulistas concorrerem com a pujante empresa agrícola açucareira dinamizada no nordeste brasileiro (Venâncio, *apud*, Monteiro 1994). Com isso, necessitando de mão-de-obra, mas não podendo participar incisivamente do tráfico de escravos africanos, intensificaram o apresamento indígena em direção ao sertão.

Assim como o eixo de penetração via norte mudou de perfil, passando da simples zona de captura de cativos para uma forma de exploração mais fixa no território, o via sul também evoluiu para o desenvolvimento de atividades mais sedimentadas. Atividades estas que, de fato, levariam à formação de Minas Gerais, porque “em fins do século XVII, a existência de lavras de ouro é reconhecida. A partir de então, o movimento pendular, de captura de índios e retorno para São Paulo, é substituído pela colonização efetiva do território” (VENÂNCIO, p.100).

Conclusivamente, os dois eixos de penetração evoluíram na configuração do seu perfil de exploração, do apresamento indígena para a pecuária e para a mineração. Assim, com estas atividades a ocupação do território começa a se consolidar. Mas mais do que isso, é a partir delas que surge outra atividade, a agrícola, que se tornaria o sustentáculo de toda a dinâmica econômica pós-auge da mineração.

A pecuária possibilitou o surgimento dos primeiros núcleos de ocupação em Minas Gerais, ainda que esparsos e pouco efetivos. Mas a mineração e a agricultura, por sua vez, é que impulsionaram o desbravamento, o espraiamento da população e a sua fixação no território. A descoberta das minas de ouro alterou definitivamente a dinâmica colonial.

Na última década do século XVI o ouro em quantidade relevante é finalmente descoberto. A partir disso, colônia e metrópole entram em uma nova fase. A sociedade colonial, que até então fora essencialmente rural, passa a formar seus primeiros núcleos urbanos. A complexidade exigida para o empreendimento do ouro e do diamante levou à formação de um aparato burocrático-estatal até então inédito no Brasil.

O extrativismo mineral alterou definitivamente o panorama territorial da capitania. A fixação populacional proporcionada foi um importante fator para a formação e consolidação de Minas Gerais. A pecuária apresentava um caráter de pouca difusão territorial; o bandeirantismo de apresamento, por sua vez, caracteristicamente apresentava um movimento pendular. Ou seja, coube à mineração as bases para a atração de um contingente populacional expressivo, que passados os primeiros anos já desenvolvia uma alta gama de atividades, e que, por consequência, levou à formação territorial.

A importância da mineração extrapola para além do volumoso fluxo de renda que ela gerava diretamente. A partir dela é que “Minas Gerais foi a mais populosa (capitania) da América Portuguesa, tendo o maior contingente de população escrava e o maior contingente de população livre” (PAULA, 2007, p. 299). No seu entorno formou-se um complexo dinâmico – agrícola, pecuário, manufatureiro, comercial –, que progressivamente estruturou o território mineiro.

No final dos Setecentos houve a transferência do vetor econômico da mineração para a agricultura, da Comarca de Vila Rica para a do Rio das Mortes, muito em razão da fertilidade destas terras e de sua posição estratégica: “temos um quadro diversificado em Minas, em que algumas de suas regiões possuíam uma capacidade maior de se inserir nas rotas mercantis com as outras capitanias/ províncias do País. Esse foi o caso da Comarca do Rio das Mortes, que abarcava uma vasta extensão do sul de Minas” (GRAÇA, 2013, p. 299). Além disso, “o gado, que no início do século XVIII se concentrava no vale do rio São Francisco, havia ganhado espaço e se tornara atividade principal no sul de Minas” (CARRARA, 2013, p. 318).

O declínio da mineração favorecia a continuidade do desbravamento territorial de Minas Gerais, avançando cada vez mais em direção aos limites com outras capitanias (Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo). A pecuária, já presente em parte da região setentrional da Capitania, segue em direção ao oeste e ao sul. Sul que também apresentaria um vertiginoso aumento populacional, em grande parte devido à agricultura. O crescimento da Comarca do Rio das Mortes começaria bem antes da chegada da Corte no Rio de Janeiro, mas sem dúvida este fato contribuiu para a manutenção de sua importância. A Zona da Mata, a partir de meados do século XIX, caminharia para se tornar a região mais dinâmica da província mineira, muito em virtude da cafeicultura, cujo cultivo começou já no primeiro quartel do Século XIX. O lado leste, região de difícil acesso, tem seu processo de encampamento também nesse período. Com isso, esse fechar de ciclo é crucial para Minas Gerais. Se em termos territoriais há um avanço, em termos econômicos vemos a potencialização do território, que se tornaria província, de certa forma, com algum dinamismo.

Ao longo do período Setecentista, Minas Gerais vivenciou seu processo de formação territorial – a partir de uma região tida como inóspita – e de despontamento enquanto capitania, se tornando a mais populosa e importante dentre todas as da Colônia. Contudo, do último quartel do século XVIII em diante, a principal atividade explorada entra em declínio. Com isso, tradicionalmente, entedia-se que Minas teria passado por um período bastante crítico, durando até meados do século XIX, quando emerge a cafeicultura. Todavia, a historiografia recente tem revisto essa perspectiva e

apontado novos elementos que possibilitam uma nova interpretação do comportamento econômico desse período, o que sugere a continuidade do desenvolvimento regional antes mesmo da suposta reversão da tal crise. O momento econômico não era o de profunda crise, e por isso, Minas Gerais continuou seu processo de desenvolvimento territorial antes mesmo da metade do século XIX (LIBBY, 2013).

Segundo Godoy (2014, p. 22), “no século XIX, as condições internas de Minas permitiam que a população crescesse e encontrasse condições para sua reprodução”. Esse crescimento populacional foi muito importante para o desenvolvimento da ocupação territorial de uma província com contornos ainda inacabados.

Em termos populacionais, numa boa parte do período provincial, todas as regiões cresceram em um ritmo superior ao da tradicional zona de ocupação. Com isso, praticamente cerrou o processo de delimitação do território mineiro, tal qual conhecemos hoje. Esse crescimento foi de fato muito importante, uma vez que ele se direcionou de forma bastante intensa para os lados oeste e sul, assim como também caminhou para o lado setentrional e contribuiu para a definitiva ocupação à leste. Todavia, surge uma importante questão: como o crescimento dessas novas regiões se deu em função da busca por novas oportunidades de produção, já que a região tradicional e sua atividade mineradora exerciam grande importância, muitas delas direcionadas à exportação, as diversas regiões de Minas Gerais se apresentavam desarticuladas em nível intra-regional. Por isso, dois problemas geopolíticos entravam em questão: um, decorrente de fatores internos, apesar de estarem sob influências externas, os movimentos emancipacionistas; e outro, decorrente de questões propriamente ditas externas, o aumento da influência das províncias limítrofes às regiões contíguas a elas, fato este que percebemos até mesmo nos dias de hoje, tanto em nível econômico quanto cultural.

Belo Horizonte surge para articular melhor o território mineiro. Tanto em termos urbanístico quanto de planejamento estrito, sua efetivação é fruto de uma ação inovadora no Brasil. Segundo Dulci (1991, p. 639-640) “de fato, a experiência mineira de desenvolvimento foi única no Brasil e apresenta relevância comparativa

até mesmo em escala internacional, dada a precocidade com que se procurou enfrentar o problema do atraso econômico regional”.

O processo de modernização da economia de Minas Gerais trouxe como um dos seus resultados o aprofundamento das desigualdades regionais, pelo menos no caso da indústria. Um dos três importantes marcos de planejamento no estado de Minas Gerais é o PMDES I (Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social), que esteve vigente no ápice desse processo. Este plano estaria, por sua vez, inserido na conjuntura dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que tinha como uma das suas prerrogativas a desconcentração industrial. A região Metropolitana de São Paulo perderia neste processo, ao passo que Minas Gerais perceberia parte das benesses, não apenas a Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas também as regiões Sul e Triângulo Mineiro.

Ao verificarmos as diretrizes do PMDES I (1972-1976) percebemos que é bem verdade que a questão da desconcentração econômica é exposta. A rigor, incorporar uma das regiões mais pobres do Estado ao processo de desenvolvimento, desconcentrar a economia, ao mesmo tempo em que se pretende processar os produtos da indústria básica, em grande parte localizados na área já industrializada, e fomentar a concentração urbana, exigiria um grande esforço de planejamento.

De acordo com Diniz (1978):

O I PMDES trouxe explícita a estratégia de penetração para o interior e desconcentração espacial, e o II PMDES a confirmou. Embora esta estratégia tenha sido seguida timidamente pela Política Econômica, alguns frutos foram obtidos. Na sua primeira fase, a CDI concentrou seus esforços na implantação dos distritos industriais de Montes Claros, Pirapora, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia. Somente em etapa posterior, a CDI alterou sua política, concentrando esforços na montagem de distritos na periferia de Belo Horizonte: Betim, Santa Luzia, Sete Lagoas, Vespasiano (p. 218).

A Fundação João Pinheiro realizou uma breve análise acerca de alguns dos principais planos de intervenção regional elaborados em Minas Gerais. Relativamente ao Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, ao Diagnóstico da Economia Mineira e ao I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social considerou-se que:

[...] esta é a fase mais rica, e que merece uma reflexão sobre as metodologias e estratégias adotadas na concepção, elaboração e implementação dos planos que foram aplicados na época e que configuraram um perfil à ação estatal peculiar quando, como será analisado, se obtiveram condições adequadas de interdisciplinaridade, de disponibilidade de recursos e condições políticas de execução de estratégias e metas (s.d., p.1).

Contudo, a segunda metade da década de 1970 em diante é a do reordenamento econômico, político e social. Esse período será objeto de considerações nos capítulos subsequentes.

### **3. MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA MINAS GERAIS**

Para o estudo das desigualdades regionais em Minas Gerais consideramos ser imprescindível um levantamento histórico desde os primórdios de ocupação. Como se trata de um processo cuja dinâmica se quer desvendar, é importante procurar uma perspectiva histórica. Esse resgate histórico foi sintetizado no capítulo anterior. Feito isso, pode-se propor um modelo tipológico que possibilite estabelecer variáveis resultantes de um “conjunto diferencial entre fatores econômicos e políticos” atuantes no desenvolvimento das regiões. A ideia de percepção dessas variáveis é trazida por Dulci (1999) que busca “chegar a uma proposta de investigação dos modelos políticos de desenvolvimento regional” (DULCI, 1999, p. 28).

Antes da apresentação do modelo é importante sintetizar algumas dos principais arcabouços teóricos acerca da economia regional.

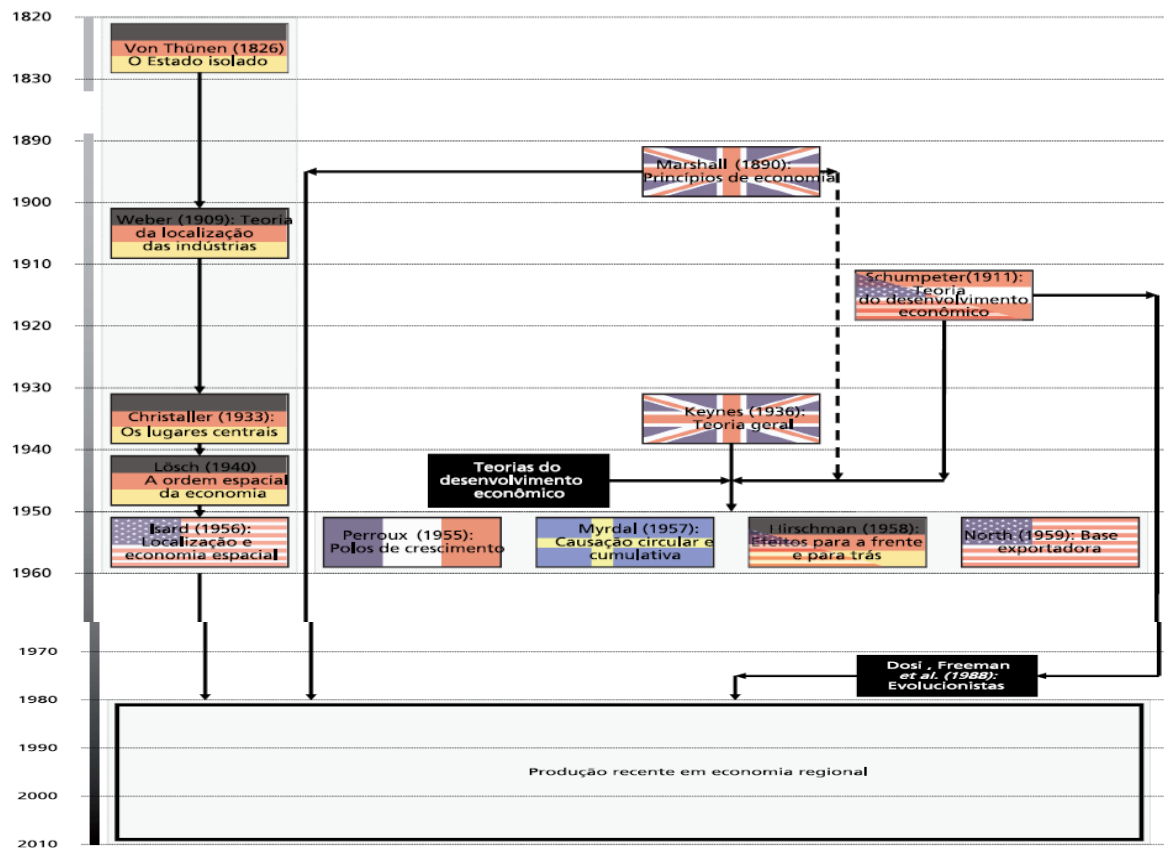
#### **3.1 Breve revisão teórica**

De acordo com Cruz (2011), podem ser arrolados pelo menos dois grandes blocos em termos de economia regional, conforme sintetizado na Figura 1.

Um primeiro é o das chamadas “Teorias clássicas ou neoclássicas da localização” (lado esquerdo figura). Esse bloco teórico pode ser entendido como precursor. Nele é enfatizado que os custos de transportes influenciam na percepção de reconhecimento de uma localização ótima para o desenvolvimento de uma firma. O lado direito da Figura 1 ilustra outro bloco teórico, que ganharia maior destaque a partir da década de 1950. Tal corrente teórica tinha como fundamento o pensamento Marshalliano. Nela, um ponto importante para o desenvolvimento da economia regional seriam os fatores de aglomeração. Assim, “as externalidades que decorrem das relações que se estabelecem entre firmas que se situam nas proximidades umas das outras” constituem elemento preponderante nesse processo de desenvolvimento (CRUZ, 2011, p. 64). Algumas das principais externalidades das aglomerações seriam:

i) da possibilidade oferecida por um grande mercado local de viabilizar a existência de fornecedores de insumos com eficiência de escala; ii) das vantagens decorrentes de uma oferta abundante de mão de obra; e iii) da troca de informações que ocorre quando empresas do mesmo setor situam-se próximas umas das outras (Krugman, 1998, p. 50, apud Cruz, 2011, p. 64).

**Figura 1:** Principais teorias em economia regional



Fonte: Adaptado de Cavalcante (2008b).

Elaboração dos autores.

Fonte: MONASTÉRIO e CAVALCANTI (2011), adaptado de Cavalcanti (2008).

Segundo Cruz, esses fatores de aglomeração já eram conhecidos desde o final do século XIX. Contudo, somente na década de 1950 é que o conceito de aglomeração passou a ser empregado de forma sistemática. Alguns dos principais autores que passaram a considerar os fatores de aglomeração como elemento teórico são Perroux (1955), com a questão dos polos de crescimento; Myrdal (1957), através da criação da causação circular e acumulativa; Hirschman (1958), efeitos para trás e para frente; e North (1959), que traz a questão da base exportadora.

Vale ressaltar o seguinte: mesmo que esses autores tivessem feito uso da ideia de aglomeração, eles são comumente identificados como influenciados por Keynes e por Schumpeter (CRUZ, 2011, p. 64). Talvez isso se deva ao contexto em que tais ideias surgiram. Isso porque, segundo Crocco e Diniz (2006), o principal objetivo das políticas econômicas keynesianas era a manutenção do pleno emprego. E é a partir desta perspectiva macroeconômica que tais teorias de desenvolvimento regional surgem. Ou seja, elas tinham como objetivo fazer frente aos desequilíbrios regionais existentes (CROCCO e DINIZ, 2006, p. 11). De forma geral, nessa corrente teórica, predominava a perspectiva de que

o “crescimento de regiões e países não ocorreria de forma equilibrada e no sentido de uma convergência de crescimento e desenvolvimento. Ao contrário, o processo de desenvolvimento capitalista implicaria, necessariamente, o desenvolvimento desigual e desequilibrado, gerador de significativas desigualdades regionais. Como consequência, as políticas daí derivadas tiveram como característica mais marcante a intervenção ativa do Estado, visando reduzir as disparidades inter-regionais, tanto por razões de eficiência macroeconômica (pleno emprego e impulso da demanda agregada) quanto de equilíbrio territorial (CROCCO; DINIZ, 2006, p. 12).

Primeiramente, sob inspiração Schumpeteriana, temos a ideia de polos de crescimento de Perroux (1955). Para este autor, as relações comerciais estabelecidas entre indústrias próximas – motrizes – ocorreriam de forma não homogênea no território, trazendo expansão com intensidade variável por toda a economia. Perroux argumenta que haveria quatro formas de polarização nas quais as indústrias motrizes favoreceriam o desenvolvimento regional: a) técnica, efeitos de encadeamento; b) econômica, geração de emprego e renda; c) psicológica, clima de otimismo; d) geográfica, minimização dos custos de transporte e criação de economias externas de aglomeração. Com isso, polos industriais seriam capazes de influenciar não apenas seu entorno imediato, mas também toda uma estrutura econômica devido aos efeitos dos encadeamentos. O autor considera que esses polos poderiam resultar de ações subsidiadas pelo Estado, no sentido de favorecer o desenvolvimento regional (CRUZ, 2011, p. 65- 66).

Dois anos depois, surge a teoria de causação circular e acumulativa, de Myrdal (1957). De acordo com o autor, impulsos de crescimento, uma vez iniciados, muitas

vezes por razões fortuitas, atrairiam novos recursos produtivos de outras regiões devido às forças de mercado ali já existentes, conduzindo ao desenvolvimento desigual de várias regiões (CRUZ, 2011, p. 68). Myrdal chama a atenção para a necessidade de um cuidado por parte do Estado para lidar com tais questões. Isso porque, subsídios fiscais às regiões mais desenvolvidas poderiam reforçar sua atratividade, ao passo que maiores taxações nas atividades das menos desenvolvidas poderiam restringir a base produtiva. “Nesse sentido, somente as intervenções do setor público deliberadamente voltadas para a redução das desigualdades regionais em suas jurisdições poderiam reverter a tendência de divergência” (CRUZ, 2011, p.69).

A seguir, em certo sentido em oposição à perspectiva da desigualdade como um problema, surgiu a proposta dos encadeamentos, elaborada por Hirschman (1958). Esse autor considera que “os desequilíbrios seriam a forma de as economias (ou regiões) periféricas potencializarem seus recursos escassos”. Isso porque, caso as distintas regiões possam agir de forma complementar, as mais adiantadas favoreceriam as exportações das mais atrasadas. Hirschman não desconsidera a possibilidade de efeitos negativos, como o da migração seletiva em direção às áreas mais desenvolvidas (polarização). Contudo, para ele os efeitos positivos prevaleceriam, amenizando as desigualdades regionais (CRUZ, 2011, p.70). O autor também discute a importância dos efeitos advindos das economias de escala. Assim, considera que os ditos efeitos para trás favoreceriam a demanda de insumos necessários às escalas mínimas de produção, à montante; já os efeitos para frente “resultariam da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante” (CRUZ, 2011, p. 70- 71).

Por fim, North (1959) propôs a ideia de base exportadora. O autor considera que as sequências de desenvolvimento regional se aplicariam ao contexto europeu, mas não teriam tanta representatividade para o caso das Américas: “a especialização do comércio entre as regiões em decorrência da redução dos custos de transporte, alcançariam, com os retornos decrescentes no setor primário e o aumento da população, a industrialização e a especialização dessas atividades secundárias” (CRUZ, 2011, p. p.71). Assim sendo, “North descreve o desenvolvimento regional a partir do surgimento de uma atividade de exportação baseada em fatores locacionais

específicos”, onde o setor exportador induziria o “surgimento de polos de distribuição e cidades, nas quais começam a desenvolver atividades de processamento industrial e serviços associados ao produto de exportação”. Desta forma, “a industrialização não garante que o desenvolvimento regional continuará, uma vez que ela é, na verdade, o resultado do sucesso da base exportadora” (CRUZ, 2011, p. 72).

Contudo, a partir do declínio da perspectiva keynesiana de Bem-Estar Social na década de 1970, novas concepções de desenvolvimento regional são formuladas. As políticas regionais Top-Down, com ênfase na demanda e na correção das disparidades inter-regionais perdem espaço para as políticas regionais centradas na estrutura Botton-Up, de caráter descentralizado e focado na produtividade endógena das economias regionais e endógenas (CROCCO e DINIZ, 2006, p. 9- 10). Uma das críticas apontadas às políticas Top-Down é a de que elas levariam pouco em consideração “as capacidades e os aspectos locais – neste caso, tais como: institucionais, culturais, de associativismo, hábito e de tradição”. A ênfase, a partir de então, seria o crescimento sustentado a longo prazo, obtido por meio da melhoria nas condições de oferta (CROCCO e DINIZ, 2006, p. 13).

No cerne destas novas políticas de desenvolvimento regional endógeno está o objetivo de “promover o desenvolvimento das capacitações da região de forma a prepará-la para enfrentar a competição internacional e criar novas tecnologias através da mobilização ou desenvolvimento de seus recursos específicos e suas habilidades próprias” (*apud*, MALLAT, 1998).

Já a partir do final da década de 1990, temos novamente o surgimento de novas concepções de políticas de desenvolvimento regional, fazendo uma espécie de junção entre elementos exógenos e endógenos.

Em termos teóricos, de forma geral, além da retomada das ideias clássicas acerca da localização, áreas de mercado, centralidade urbana, foram desenvolvidas diferentes interpretações sobre os determinantes da concentração e do crescimento diferenciado das cidades e regiões. Destacam-se nesse período: a) a incorporação do conceito de retornos crescente, com um esforço de modelagem, para explicar os efeitos de polarização e de concentração regional das atividades econômicas e das relações entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, convencionalmente

chamadas de relação centro-periferia; b) o papel dos investimentos e de aspectos macroeconômicos (educação, abertura, estabilidade macroeconômica etc.) no crescimento econômico diferenciado e nas possíveis convergências de entre regiões; c) análise do papel da inovação ou das mudanças tecnológicas e das diferentes formas institucionais de sua organização para explicar o surgimento e a expansão de novas áreas industriais; d) a análise dos condicionantes do ambiente social e institucional, também conhecido por capital social, no desenvolvimento das regiões ou localidades, com destaque para os exemplos dos “novos distritos industriais” italianos e a possibilidade de seu desenvolvimento em outras regiões; e) as mudanças das forças organizadoras do espaço e as novas características da centralidade urbana, à luz do processo de globalização, metropolização e reconfiguração do espaço (CROCCO, DINIZ, 2006, p. 15).

Em um período ainda mais recente, tem ganhado destaque na economia a chamada Nova Geografia Econômica. Cruz (2011) traz uma classificação dessa corrente teórica proposta por Ottaviano e Thisse (2004) e a seguinte explanação acerca dessa corrente teórica:

Busca-se explicar grandes desigualdades na distribuição espacial e sua persistência no tempo, a partir de modelos de equilíbrio geral. Deve-se, para os autores da NGE, ir além de diferenças físicas como fonte de desigualdades, ainda que a “natureza seja cruel” na distribuição territorial de vantagens comparativas como clima, acessibilidade, recursos naturais, entre outros. O principal para esta corrente seria entender a persistência das desigualdades como um resultado de forças de mercado (p. 143).

Assim sendo, temos algumas das principais linhas de pensamento sobre a questão da economia urbana. E dentro dela, a que identificamos como sendo a mais elucidativa sobre a principal tônica da questão regional de Minas Gerais é de Gunnar Myrdal.

Primeiramente, tomemos a seguinte ideia desse autor para a questão do impulso de formação regional

[...] o poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento [...]. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificaram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma (SILVA, 2007, p. 63, *apud*, MYRDALL, 1972, p. 52).

A teoria de Myrdal ainda apresenta mais um elemento que consideramos como sendo verificável no nosso objeto de estudo, que são dois efeitos:

os “efeitos de retroação” (backwash effects) os resultados perversos que o desenvolvimento de uma região gera sobre as demais. Em sentido oposto, registra os “efeitos difusão” (spread effects), centrífugos, que levariam ao transbordamento do impulso de desenvolvimento para as regiões atrasadas. Essas forças contrabalançariam, em parte, os efeitos de retroação, mas não seriam, por si só, capazes de garantir um desenvolvimento regional mais equilibrado (CRUZ, 2011, p.6 9).

Feitas essas breves considerações sobre algumas das abordagens teóricas sobre economia regional, o próximo item focaliza, especificamente, o modelo de desenvolvimento regional nos moldes propostos por Dulci (1999).

### **3.2 Modelo de desenvolvimento regional**

No estabelecimento de um modelo de desenvolvimento regional, Dulci (1999) extrapola a visão clássica onde o percurso para se chegar a uma sociedade moderna seria homogêneo. Superada esta perspectiva de sistemas naturais, em que “negligencia o impacto da emulação internacional, da difusão de ideias, da influência externa afinal, sobre a trajetória de cada sistema” (DULCI, 1999, p. 21) teríamos outra, mais ampla, onde a uma primeira vertente que “focaliza o atraso econômico como fator explicativo de diferenças entre trajetórias de industrialização” (DULCI, 1999, p. 21), seria incorporada uma “segunda vertente, de cunho sociológico, que amplia o foco para abranger as tensões e os arranjos entre atores sociais relevantes ao longo da trajetória de modernização” (DULCI, 1999, p. 23). A ideia aqui, a princípio, ao trazer esta vertente, é evidenciar a importância do fator político para a questão.

A ideia geral, como temos destacado, é a da conjunção diferencial de fatores econômicos e políticos. Para dar conta das distintas possibilidades empíricas que dela resultam, serão selecionadas duas variáveis. Uma é precisamente o *grau de desenvolvimento* de cada região, ou, alternativamente, o seu *grau de atraso econômico* em face da mais desenvolvida. A outra é a *medida em que a iniciativa da modernização é interna ou externa à região* (DULCI, 1999, p. 23).

Tal elemento torna-se relevante porque ele constitui “a face variável do processo”: “entre esses dois modelos polares – o primeiro baseado primordialmente em razões de mercado, o segundo em razões político-estratégicas – teríamos diversas situações intermediárias, que combinam variavelmente as duas lógicas” (DULCI, 1999, p. 29). Assim, as variáveis poderiam ser enquadradas numa matriz tipológica onde, por um lado, teríamos fatores *políticos* ou de *mercado*; e por outro, *internos* ou *externos*.

A finalidade do autor ao estabelecer esta tipologia é perceber onde, quando e como ocorrem as ações políticas de desenvolvimento regional. Isto, por sua vez, também poderia contribuir para a superação da ideia de que “a história da industrialização brasileira tende, frequentemente, a ser reduzida à industrialização de São Paulo” (DULCI, 1999, p. 30). O foco do autor é tratar da modernização via industrialização. E seria neste caso específico em que os modelos políticos ganhariam maior destaque, mesmo que não estritamente. O intuito é tentar perceber como se foram formando as regiões em Minas Gerais e o que as impulsionou, ou seja, dentro do processo, iremos buscar recortes temporais que entendemos como sendo relevantes para cada uma dessas áreas.

Para os primórdios de Minas Gerais, consideramos que a ocupação que havia era a dos nativos, concentradas, em sua maior parte, nos lados leste e oeste do território. Posteriormente, seguindo o São Francisco, veio a ocupação em razão da pecuária, embora fosse rarefeita. A partir das descobertas do ouro, nas primeiras décadas do século XVIII, se forma a grande corrente migratória em direção à região mineradora, próximo ao que temos hoje como sendo a região central do Estado. Contudo, não se passaram muitas décadas para que fossem descobertos metais preciosos nos lados noroeste e nordeste da então não tão bem delimitada Capitania, a exemplo, respectivamente, de Paracatu e de Minas Novas. Além disso, houve também uma relativa dinamização do lado setentrional em razão da formação de entrepostos comerciais em função da relação estabelecida entre Bahia e Goiás, devido à descoberta de ouro em Goiás. Todavia, essa movimentação no lado setentrional de Minas Gerais poderia ser considerada de importância relativa secundária diante de toda a órbita polarizadora que o núcleo minerador central propiciava, embora não fosse desprezível, pois lançaria as bases para o período posterior. Mas assim como

os autores consideraram que nesse período essa porção setentrional da capitania não fazia parte da região econômica efetiva, apesar do seu crescimento em termos de aumento no povoamento, não iremos considerar esse período como sendo o de grande impulso para a região, em razão do isolamento secular ao qual ela esteve sujeita.

Até o final do período Setecentista, o que temos é a expansão da área de efetivo povoamento de Minas Gerais, num raio de norte a sul, concentrado nesta parte, facilmente perceptível pela quantidade de vilas que nela havia, onde a comarca do Rio das Mortes é que se destaca.

No início do período provincial temos as bases de formação de duas regiões que exerceriam papel de destaque na Minas do século XIX: a Região da Comarca do Rio das Mortes, aquilo que podemos considerar como sendo o Sul de Minas, continua em expansão, assim como a pecuária, cada vez mais, no oeste.

Assim sendo, ao longo dessas duas décadas identificamos três importantes impulsos econômicos em determinadas regiões: a descoberta de metais preciosos na região Central, a agricultura no Sul de Minas, e o café, assim como um esboço industrial, na Zona da Mata.

A partir do período republicano o que ocorre de maior relevância em termos regionais é a repolarização por parte da Região Metalúrgica, o que, em última instância, é a configuração da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Temos também a dinamização do lado leste do território, nomeadamente a região do Vale do Rio Doce. Além disso, na porção norte, dois recortes, num primeiro momento a Área Mineira da SUDENE, e num segundo, o crescimento da porção noroeste do Estado.

### **3.3 Fatores impulsionadores do desenvolvimento regional de Minas Gerais**

Após a apresentação do modelo proposto por Dulci (1999) e da retomada dimensional, podemos então fazer o encadeamento dos conceitos com os processos

regionais. Iniciemos com a primeira região de desenvolvimento de Minas Gerais, discutindo porque entendemos o seu processo como majoritariamente decorrente de uma ação *política*.

No caso da região mineradora central, precursora do efetivo povoamento de Minas, seu desenvolvimento se mostra como sendo do primeiro tipo. Isso porque, relativamente à questão de a “dinâmica da economia nacional abrir espaços para as economias regionais”, entendemos que com a perda do dinamismo econômico da exploração açucareira, a dos metais preciosos passou a ser a melhor alternativa. Com isso, a Coroa passa a investir na formação das “entradas”. Não temos condições de mensurar os níveis de investimento que tais projetos demandavam, mas o fato é que não pararam por aí, já que com o passar do tempo a sociedade que se formava nas minas e no seu entorno requeria grandes investimentos em termos de infraestrutura: construção de estradas, montagem e manutenção de todo um aparelho burocrático e político, distribuição de datas, além dos custos envolvidos nas relações de escoamento do produto para a metrópole e na garantia de mão-de-obra. Tudo isso sob a tutela do Estado, de onde decorria toda a estratégia política, no caso, advinda do governo central português. E como naquele momento, apesar de já haver a divisão entre capitanias, não havia um sentimento regional, entendemos que a política é exógena, por ser exterior ao ultramar. Um grande exemplo da forte presença metropolitana é a formação do Distrito de Diamantina. Neste caso, a estratégia metropolitana não era a de explícita promoção de desenvolvimento regional. Contudo, é devido às suas ações políticas que Minas Gerais inicia e consolida sua formação.

Relativamente ao Vale do Rio Doce, consideramos que a discussão deve se pautar pela definição de qual a origem das políticas, se central ou regional, que mais tiveram influência no desenvolvimento desta região. De acordo com DULCI (1999), ambas as esferas empreenderam ações que impactaram na região, inclusive algumas que podem ser enquadradas nos três tipos de políticas regionais citados anteriormente. Todavia, mesmo que o governo central tenha tido participação relevante neste processo, entendemos que foram as autoridades públicas mineiras que desempenharam a função de maior preponderância. Isso porque, a partir da década de 1760, os sucessivos governadores da Capitania de Minas Gerais

passaram a implementar políticas de ocupação dos chamados *sertões intermédios*. E mesmo nas políticas implementadas pelo governo central, o governo do Estado teve importante participação na consecução destas ações.

No que diz respeito ao Norte de Minas, Área Mineira da SUDENE e porção Noroeste, foram as ações do governo federal que mais tiveram impacto no desenvolvimento destas regiões. No primeiro caso, houve uma política explícita de desenvolvimento regional, através da promoção econômica; já em relação ao segundo, a política tinha um viés econômico que passava por interesses macroeconômicos. Contudo, em ambos os casos podemos perceber, no mínimo, resquício dos três tipos de políticas.

Dos processos *politizados*, resta-nos o da região central metalúrgica, que se não detém o maior empreendimento, com certeza o mais completo em termos de planejamento e consecução, iniciado com o soerguimento da capital, e culminando na configuração da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dulci (1999, p. 25-27) traz um importante tipo de configuração política de modernização regional que consideramos corresponder ao que ocorreu neste processo: o da Modernização Conservadora ou Adaptativa, ou até mesmo “Revolução pelo Alto”.

Uma característica marcante no tipo de modernização considerada conservadora é o fato de antagonismo de interesses, tradicionais e emergentes, cederem lugar a formas de composição pelas quais políticas modernas são implementadas pela iniciativa ou endosso dos grupos já estabelecidos. No caso de Minas Gerais, de um lado havia a elite política da tradicional zona central, que apesar da perda do poderio econômico, ainda mantinha prestígio político; de outro, encontravam-se as elites políticas do sul, emergentes economicamente. E é da confabulação da interseção destes interesses, através de uma composição entre aristocracias e burocracia estatal, que o projeto “mudancista” é engendrado. Evitar a ruptura da ordem vigente, no caso, a fragmentação territorial, é outra característica, e que leva o tipo de uma “Revolução pelo Alto”. Esse modelo é adotado, geralmente, em países dependentes ou que buscam evitar as pressões externas.

No caso de Minas Gerais, boa parte do território se “ligava economicamente ao Rio e a São Paulo”. Além disso, com autonomia conseguida pelo Paraná, parte da elite política paulista oportunamente apoiava tentativas separatistas surgidas em solo mineiro. O contexto era favorável à mudança. Isso porque, com a proclamação da república, o poder dos estados estava fortalecido, favorecendo o cumprimento de um importante requisito nesse tipo de modernização: a presença de um *establishment* consolidado, com capacidade de controlar os antagonismos e manejar eventuais mudanças. Assim, o conteúdo político tem capacidade de sobrepor aos de mercado e se manifestar através de uma estratégia definida, negociada politicamente, mas imposta pelas elites de forma autoritária.

O projeto da nova capital passou por um longo processo de maturação. A partir da década de 1940 o estado volta a investir no desenvolvimento. Dos três tipos de ações políticas, duas merecem destaque nessa fase do processo. Inicialmente, o Estado, além de grande fomentador, onde a Cidade Industrial de Contagem é um grande exemplo, passou também a desempenhar um papel relevante na tentativa de superação dos obstáculos em termos de infraestrutura: oferta de energia e construção de vias de transporte. Posteriormente, estruturou seu aparelho estatal, destacando-se o BDMG, com objetivos macroeconômicos.

Em se tratando dos processos em que predominam os fatores de *mercado*, Sul de Minas, Triângulo/ Oeste e Zona da Mata, no caso dos dois primeiros, consideremos como sendo a partir de fatores *exógenos*, e no outro *endógenos*.

Assim sendo, acreditamos estar em condições de sintetizar um modesto modelo de desenvolvimento regional para Minas Gerais (Quadro 1). É importante ressaltar que ao propormos este modelo, não entendemos que os processos ocorreram de maneira pragmática. Mesmo em momentos em que o *mercado* é o fator preponderante, as intervenções políticas são importantes, como no caso da Zona da Mata, onde a expansão ferroviária criou condições para a expansão da cafeicultura, elemento pioneiro no impulso da região. De forma análoga, também a expansão ferroviária contribuiu fortemente para o desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce. Contudo, ao considerarmos este processo como sendo *politizado*, é que no caso do primeiro, bastou uma fagulha para que ocorresse um *boom* de

desenvolvimento na região; já no segundo, só a ocupação foi obra de praticamente um século, através de muito esforço, e inclusive atrocidades com os nativos. Relativamente à origem do processo, entendemos que as coisas ocorrem da mesma forma. No caso da região Sul, por exemplo, seu processo de desenvolvimento tem início já no final do século XVIII, e o caráter de subsistência é notório. Contudo, passadas poucas décadas a região começa a fazer parte, de forma mais acintosa, do *hinterland*.

Quadro 1: Impulso do desenvolvimento regional em Minas Gerais

Modelo	Característica	Regiões
Fatores Endógenos de Mercado	Impulso em virtude de apresentar condições econômicas favoráveis, fatores de produção básicos e economia de escala como elementos de vantagem comparativa.	Zona da Mata
Fatores Exógenos de Mercado	Impulso regional potencializado pelo efeito de transbordamento propiciado pelo desenvolvimento primeiro de outras regiões.	Sul de Minas; Triângulo Mineiro
Política Endógena	Impulso em virtude de ações discricionárias adotadas pelo Estado. Mas com a diferença de que tais “recursos políticos” foram mobilizados internamente e não originados de fora, por intermédio do governo central.	Região Metalúrgica; Região do Vale do Aço
Política Exógena	Impulso em virtude de ações discricionárias adotadas pelo Estado. Mas com a diferença de que tais “recursos políticos” foram mobilizados pela autoridade central e não pelas instâncias locais de poder.	Mineradora; Área Mineira da SUDENE; Noroeste

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em VIEIRA (2016).

De acordo com Diniz (2006) a questão do planejamento regional ganha força, de fato, no decorrer do século, quando passou a ser difundida tanto em termos espaciais quanto em concepções. É necessário que tais experiências não sejam abandonadas, já que na sua maioria demonstraram níveis de importância e sucesso. Cumpre lembrar a vanguarda do Estado de Minas Gerais na adoção de planejamento de ações visando o desenvolvimento econômico. Todavia, nas últimas décadas, este tipo de planejamento já não mostra a mesma força de outrora.

Segundo Dulci (1999), a partir de alguns conceitos de Gerschenkron, quanto maior o hiato econômico a ser superado, maior o grau de politização (ou de “direção organizada”) de que se reveste o processo de superação. Surge então a indagação de quais foram os fatores ausentes (bens de capital, mão-de-obra) no processo e que culminou em atraso. Para que as iniciativas endógenas obtenham sucesso é imprescindível haver consenso entre as elites regionais. Assim, quanto maior a coesão das elites, maior será a probabilidade de alinhamento em torno desse objetivo e de empregarem o poder para realizá-lo num cenário de competição política e econômica.

Consideramos que esse raciocínio se aplica à questão da superação das desigualdades regionais em Minas Gerais. Pelo que estudamos, algumas ações foram preconizadas neste sentido. Contudo, consideramos que no que tange ao lado setentrional do Estado, se não faltou iniciativa endógena, pelo menos elas passaram longe de serem efetivas. De fato, a questão não é simples, mas é urgente que ela entre de vez na agenda do poder público. É preciso que haja consenso entre todas as elites políticas regionais, pois as regiões que apresentam os indicadores socioeconômicos mais defasados são também as que possuem menor peso político. Com isso, sem apoio amplo, dificilmente irão conseguir encabeçar e impulsionar um processo de modernização.

#### **4. EVIDÊNCIAS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS EM MINAS GERAIS**

Minas Gerais passou por um momento de grande crescimento ao longo da década de 1970. O estado conseguiu, finalmente, modernizar sua economia. Entender os reflexos deste processo nos períodos subsequentes é importante para o legado de tais modificações, inclusive numa perspectiva regional. Vários estudos vêm trabalhando o percurso das desigualdades regionais mineira nas últimas décadas.

O território mineiro iniciou sua formação no século XVII em virtude da descoberta do ouro, na região Central. Na passagem do século XVIII para o XIX, com o declínio da economia aurífera, a produção de subsistência se mostrou uma alternativa viável e começou a se desenvolver na região Sul, em virtude da disponibilidade e fertilidade da terra. Passadas poucas décadas, sob a influência da cafeicultura paulista, a região do Triângulo iniciou seu processo de desenvolvimento, seguida, pouco tempo depois, pela região da Mata, em razão da expansão da cafeicultura fluminense.

Assim, o Século XIX representou um período de grande crescimento regional para Minas Gerais. Contudo, esse crescimento ocorreu de forma desordenada, concentrado na parte meridional do território mineiro. O Norte de Minas Gerais permaneceu relativamente isolado e com muito pouco dinamismo econômico e social. Para fazer face ao surgimento de movimentos separatistas e resolver o problema da desarticulação foi proposta e efetivada a de construção de uma nova capital.

Porém, a nova capital, Belo Horizonte, não alcançou de imediato os objetivos pretendidos. Vários projetos surgiram com o intuito de promover o desenvolvimento tanto da capital quanto do seu entorno. Ainda na década de 1910, no contexto de substituição de importações, foi instalada em Belo Horizonte uma indústria de bens de consumo não-duráveis e na década seguinte iniciou-se a construção de algumas siderurgias no entorno da capital mineira. Já na década de 1930 surgiu o projeto da Cidade Industrial de Contagem. No entanto, mesmo com essas ações o problema da desarticulação e da falta de um centro polarizador persistia.

Um dos problemas identificados foi a falta de infraestrutura. Para solucionar esse entrave houve a implantação do programa “Binômio Transporte e Energia”, de Juscelino Kubitschek, que resultou na construção de infraestrutura que estimulou fortemente a industrialização do estado nas duas décadas seguintes. No final da década de 1960 e durante a década de 1970, quando o Brasil passou por um boom de crescimento, Belo Horizonte e seu entorno cresceram juntos com o país. Assim, a região Central, que havia sido o epicentro de formação do estado, e que nunca deixou de ser a parte mais povoada de Minas Gerais, vivenciou outro vetor de crescimento.

Por outro lado, a persistência de relativo isolamento e pouco dinamismo socioeconômico do Norte do estado contribuiu para que se possa traçar uma linha imaginária que separa Minas Gerais em duas realidades distintas: a de uma parte Sul, mais dinâmica e desenvolvida, e a de uma parte Norte, relativamente estagnada social e economicamente. Isto, a despeito de algumas ações por parte do Governo Federal tomadas para fazer face a esse atraso, como a incorporação do norte mineiro à área de atuação da SUDENE.

A especialização produtiva alcançada na década de 1970, centrada nos setores agropecuário e de indústria extrativa mineral, elemento importante na modernização econômica do estado, não propiciou desdobramentos nos períodos subsequentes em termos de diversificação da produção e de redução dos diferenciais regionais. Como referido anteriormente, ao longo da década de 1970, no contexto de implantação do II PMDES, as regiões mineiras que já eram mais desenvolvidas foram as maiores beneficiadas no processo de modernização desse período. Na década seguinte, o Brasil e o mundo entraram em um ciclo econômico de crise.

De acordo com Souza et al. (2016),

Os territórios mineiros que mais se beneficiaram desse processo foram o Metropolitano, Sul e Triângulo do Norte, por fazerem parte do polígono de desenvolvimento descrito por Diniz (1993). Isso fortaleceu a concentração espacial da atividade industrial nos grandes centros urbanos, principalmente no território de desenvolvimento metropolitano, que se perpetua até hoje. No caso das atividades de agropecuária as principais localizações são: território de desenvolvimento Sul, Triângulo Norte e Triângulo Sul.

Tal processo gerou uma forte desigualdade dentro do estado de Minas Gerais (p. 103).

Alves et al. (2006) analisaram o processo de crescimento e desenvolvimento econômico de Minas Gerais entre 1970 e 2000, com o objetivo de avaliar se no período considerado houve convergência ou divergência entre as diversas regiões do estado. A ideia, segundo os autores, foi verificar se “*economias com rendas per capita menores do que a renda média estadual cresceriam a taxas maiores do que as do conjunto do Estado, enquanto economias com rendas per capita maiores do que a média estadual cresceriam a taxas menores do que as do Estado*” (p. 57).

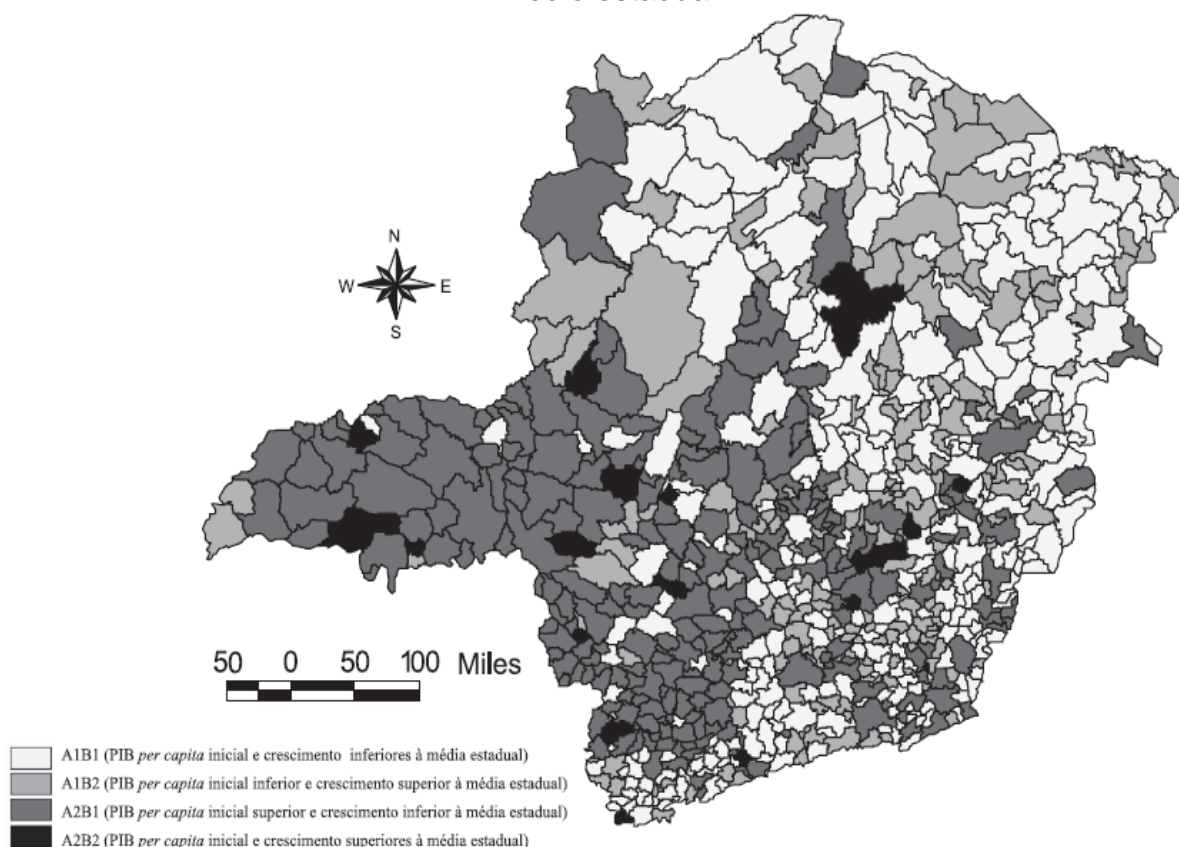
Os autores utilizaram cinco diferentes tipos de testes, dentre eles o de Drennan e Lobo (1999), para o período compreendido entre 1985 e 2000. Esse período é particularmente conveniente para os propósitos desta monografia. Isto porque, a partir de 1985, mesmo que a economia não entrasse em um novo ciclo de prosperidade, o cenário é de relativa estabilidade econômica até a crise asiática de 1997. Com isso, no recorte temporal considerado é possível apreender, de certa forma, o legado do período da prosperidade econômica, e qual foi o impacto em termos do cenário de disparidades regionais.

O Mapa 1 apresenta os resultados em nível municipal. Ao se considerar o recorte regional<sup>1</sup> verifica-se que as regiões que obtiveram os piores resultados foram Jequitinhonha/Mucuri e Norte. Dos 51 municípios da região Jequitinhonha/Mucuri 34 divergiram para baixo e apenas 17 convergiram para a média estadual, ressaltando-se que na situação inicial três municípios se encontravam em posição acima da média estadual. Já na região Norte, que inicialmente contava com 69 municípios abaixo da média e 11 acima da média, verificou-se que, no período considerado, 33 municípios divergiram para baixo, 25 convergiram para cima e 11 convergiram para baixo. Também a região do Rio Doce apresentou resultado desfavorável: dos 107 municípios, 64 divergiram para baixo, 29 convergiram para cima, 13 convergiram para baixo e um município divergiu para cima. O resultado geral, então, é de acentuação das disparidades regionais.

---

<sup>1</sup> Refere-se às 10 Regiões Administrativas. O recorte em Territórios de Desenvolvimento somente foi proposto e adotado pelo Governo Estadual a partir de 2015.

**Mapa 1:** Distribuição dos municípios mineiros segundo a razão taxa de crescimento do PIB per capita do município/ taxa de crescimento do PIB per capita estadual médio no período 1985-2000 e razão PIB per capita do município/PIB per capita médio estadual



Fonte: Alves et al. (2006).

Em termos de desigualdade na distribuição da renda, segundo Almeida e Maranduba Junior (2009), entre 1970 e 1991 ela piorou em todas as regiões de planejamento. Conforme podemos observar com base nos dados apresentados na Tabela 1, dentre as cinco regiões mais desiguais, três delas se encontram naquelas regiões mais atrasadas: Rio Doce, Jequitinhonha/Mucuri e Norte. Em relação aos índices de proporção de pobres (P0), de hiato de renda médio (P1), que mede o desvio médio entre a renda dos pobres e a linha de pobreza, além do hiato de renda quadrático médio (P2), que leva em conta também a distribuição de renda entre os pobres, o comportamento observado foi semelhante: não houve alteração de posição entre as regiões de planejamento. As mais bem colocadas foram as Central, Sul e Triângulo, e as com piores índices foram as Jequitinhonha/ Mucuri e Norte; e houve um decréscimo entre 1970 e 1980, e um crescimento no período compreendido entre 1980 e 1991 (Tabela 2).

**Tabela 1:** Índices de desigualdade de Theil para Minas Gerais e suas regiões de planejamento, 1970, 1980 e 1991

Regiões de Planejamento	Índice de desigualdade de Theil		
	1970	1980	1991
Alto Paranaíba	0,492	0,564	0,554
Central	0,639	0,600	0,711
Centro-Oeste	0,491	0,499	0,536
Doce	0,545	0,619	0,666
Jequitinhonha/Mucuri	0,551	0,573	0,638
Mata	0,636	0,606	0,699
Noroeste	0,418	0,587	0,578
Norte	0,516	0,528	0,638
Sul	0,512	0,552	0,579
Triângulo	0,534	0,509	0,540
Minas Gerais	0,633	0,628	0,703

Fonte: FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO (1996).

**Tabela 2:** Índice de produção de pobres (P0), hiato de renda médio (P1) e hiato de renda quadrático médio (P2) de Minas Gerais e regiões de planejamento em 1970, 1980 e 1991

Regiões de Planejamento	Proporção de pobres (P0)			Hiato de renda média (P1)			Hiato de renda quadrático médio (P2)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Alto Paranaíba	0,794	0,386	0,430	0,460	0,148	0,174	0,313	0,078	0,097
Central	0,642	0,277	0,398	0,342	0,108	0,180	0,224	0,059	0,109
Centro-Oeste	0,810	0,402	0,472	0,474	0,154	0,201	0,324	0,081	0,115
Doce	0,869	0,536	0,606	0,574	0,254	0,321	0,425	0,153	0,209
Jequitinhonha/Mucuri	0,914	0,714	0,769	0,636	0,369	0,448	0,485	0,232	0,307
Mata	0,791	0,463	0,553	0,492	0,204	0,276	0,352	0,118	0,175
Noroeste	0,877	0,479	0,597	0,536	0,204	0,286	0,376	0,115	0,173
Norte	0,908	0,645	0,745	0,611	0,308	0,419	0,453	0,184	0,281
Sul	0,765	0,376	0,438	0,427	0,143	0,186	0,284	0,075	0,106
Triângulo	0,692	0,252	0,303	0,359	0,085	0,118	0,228	0,043	0,065
Minas Gerais	0,775	0,415	0,496	0,466	0,179	0,241	0,327	0,103	0,151

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996.

Nos três índices, as menores variações percentuais ocorrem nas regiões Jequitinhonha/ Mucuri, Norte, Mata e Doce. Ou seja, elas acompanharam num ritmo mais lento as reduções nos valores dos índices referidos. Já as melhores reduções ocorreram nas regiões Triângulo, Alto Paranaíba, Sul e Centro-Oeste. Esse fato se torna relevante a partir da perspectiva de que as regiões em pior situação no início do período considerado foram as menos capazes de reduzir o problema.

Com base nos dados da Tabela 2, Almeida e Maranduba Junior (2009) calcularam a participação de cada região de planejamento nos indicadores de pobreza (P0, P1 e P2). Os resultados, apresentados na Tabela 3, relacionam a participação de cada região na pobreza à sua participação relativa na população.

Quanto mais adversa a situação da região em relação a determinado índice de pobreza, mais abaixo de 1 está o índice. Por outro lado, quanto mais acima de 1, mais favorável é a situação da região em termos de pobreza (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 43).

**Tabela 3:** Índice I (Pa) referente aos índices proporção de pobres (P0), hiato de renda médio (P1) e hiato quadrático de renda médio (P2), 1970, 1980 e 1991

Regiões de Planejamento	Índice I (Pa) para P0			Índice I (Pa) para P1			Índice I (Pa) para P2		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Alto Paranaíba	0,966	1,056	1,166	1,021	1,212	1,361	1,051	1,309	1,555
Central	1,208	1,492	1,247	1,361	1,659	1,337	1,457	1,743	1,387
Centro-Oeste	0,952	1,038	1,049	0,985	1,146	1,213	1,002	1,280	1,299
Doce	0,889	0,771	0,822	0,811	0,704	0,749	0,769	0,672	0,720
Jequitinhonha /Mucuri	0,849	0,580	0,643	0,735	0,486	0,541	0,674	0,443	0,494
Mata	0,979	0,895	0,896	0,945	0,876	0,876	0,926	0,870	0,863
Noroeste	0,882	0,868	0,844	0,845	0,868	0,844	0,882	0,868	0,882
Norte	0,852	0,642	0,664	0,760	0,580	0,576	0,722	0,557	0,536
Sul	1,014	1,103	1,130	1,088	1,248	1,296	1,153	1,364	1,422
Triângulo	1,111	1,639	1,637	1,304	2,101	2,022	1,428	2,318	2,292
Minas Gerais	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

Fonte: Fundação João Pinheiro (1996).

A ideia foi verificar um padrão de convergência da pobreza, de desigualdade inter-regional nula, ou de divergência, através de um aumento na concentração da pobreza. Entre os extremos do período considerado (1970 e 1991), foi constatado um padrão de divergência. A partir dos três índices constatou-se que as regiões Jequitinhonha/ Mucuri, Norte, Doce e Mata aumentaram sua participação na pobreza, ao passo que as regiões Triângulo, Alto Paranaíba, Sul e Centro-Oeste reduziram sua participação. Ou seja, a concentração aumentou nas regiões que já eram mais pobres.

Mesmo nos anos 2000 permanece em Minas Gerais o cenário de forte desigualdade regional. Vieira (2016) ressalta que, entre 2010 e 2013, dos 17 territórios de desenvolvimento, a nova divisão regional adotada pelo Governo do Estado a partir de 2015, apenas três (Metropolitano, Sul e Triângulo) concentravam mais de 60% do PIB estadual (Tabela 4). No outro extremo, os territórios Norte, Vale do Rio Doce, Mucuri, Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha respondiam, juntos, por menos de 8% do PIB mineiro.

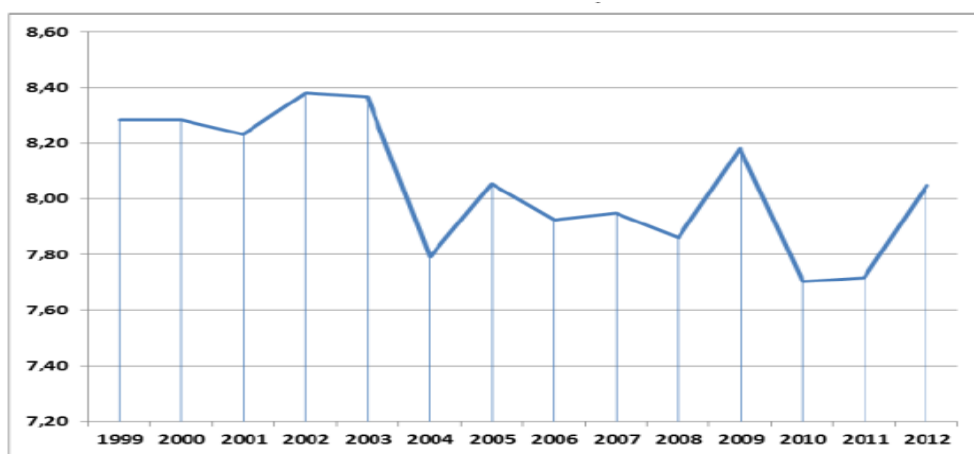
**Tabela 4:** Evolução e variação da participação dos Territórios de Desenvolvimento no PIB de Minas Gerais, 2010-2013

Territórios de Desenvolvimento	Ano				Variação (%) 2013/2010
	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	
Metropolitano	43,41	43,03	42,50	42,89	-0,52
Sul	9,36	9,55	9,42	9,60	0,23
Triângulo Norte	8,75	8,34	8,65	8,54	-0,21
Mata	6,30	5,93	5,93	5,98	-0,32
Oeste	4,99	5,25	5,27	5,40	0,41
Triângulo Sul	4,91	5,12	5,18	5,15	0,24
Norte	3,71	3,74	4,20	3,84	0,13
Vale do Aço	4,01	3,80	3,65	3,62	-0,40
Vertentes	2,98	3,15	3,24	3,30	0,32
Noroeste	2,60	2,85	2,95	2,99	0,39
Sudoeste	2,50	2,67	2,54	2,19	-0,31
Caparaó	1,72	1,95	1,82	1,76	0,04
Vale do Rio Doce	1,66	1,62	1,62	1,67	0,00
Mucuri	0,99	0,93	0,92	0,93	-0,06
Central	0,91	0,87	0,87	0,90	-0,01
Médio e Baixo Jequitinhonha	0,66	0,66	0,66	0,67	0,00
Alto Jequitinhonha	0,53	0,54	0,56	0,58	0,04

Fonte: Vieira (2016).

Os dados ilustrados no Gráfico 1 evidenciam o fato de que durante a primeira década dos anos 2000 o cenário de desigualdades regionais em Minas Gerais mostra sinais de acentuação. A perda de importância dos territórios de desenvolvimento de condições socioeconômica mais precária (Norte, Vale do Rio Doce, Mucuri, Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha) no PIB estadual é contundente.

**Gráfico 1:** Participação relativa dos Territórios de Desenvolvimento Norte, Vale do Rio Doce, Mucuri, Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha no PIB Estadual (em % a preços correntes)



Fonte: Fundação João Pinheiro

Portanto, permanece atual a necessidade de que o Governo de Minas Gerais retome a prática de planejamento e direcione ações no sentido de promover um processo de desenvolvimento econômico mas harmônico e equitativo, capaz de reduzir a enorme desigualdade regional que persiste em se colocar como um dos traços mais característicos da economia mineira.

É certo que essa perspectiva pressupõe uma discussão sobre diferentes concepções de políticas de desenvolvimento regional que levem em consideração questões tais como localização, áreas de mercado e centralidade urbana. Não se trata, evidentemente, de um problema de simples solução. Crocco e Diniz (2006), por exemplo, ressaltam que

as políticas de desenvolvimento regional não podem ser exclusivamente locais. Devem, também, levar em consideração tanto o posicionamento econômico dos sistemas regionais de produção no

contexto global, quanto as políticas e os contextos setoriais e (inter) nacionais (p. 14-15).

Adicionalmente, os autores destacam que se deve levar em consideração: a) a incorporação do conceito de retornos crescente, com um esforço de modelagem, para explicar os efeitos de polarização e de concentração regional das atividades econômicas e das relações entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, convencionalmente chamadas de relação centro-periferia; b) o papel dos investimento e de aspectos macroeconômicos (educação, abertura, estabilidade macroeconômica etc.) no crescimento econômico diferenciado e nas possíveis convergências de e entre regiões; c) análise do papel da inovação ou das mudanças tecnológicas e das diferentes formas institucionais de sua organização para explicar o surgimento e a expansão de novas áreas industriais; a análise dos condicionantes do ambiente social e institucional, também conhecido por capital social, no desenvolvimento das regiões ou localidades, com destaque para os exemplos dos “novos distritos industriais” italianos e a possibilidade de seu desenvolvimento em outras regiões; e) as mudanças das forças organizadoras do espaço e as novas características da centralidade urbana, à luz do processo de globalização, metropolização e reconfiguração do espaço (CROCCO, DINIZ, 2006, p. 15).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minas Gerais possui problemas graves de desigualdades regionais. Nesse sentido, o estado pode ser percebido como uma espécie de protótipo da realidade brasileira nacional. Além disso, apresenta um caráter peculiar: o da forte correlação espacial em vários aspectos. Essa realidade pode ser entendida como se houvesse dois estados dentro de um, dadas as gritantes disparidades existentes entre o lado setentrional e o meridional do território.

O estudo teve como objetivo apontar como se configuram tais desigualdades regionais em nível macrossocial e microssocial, e de alguma forma evidenciar a situação dos territórios. O estudo apontou que, dos 17 territórios de desenvolvimento de Minas Gerais, cinco apresentaram, de forma recorrente, dimensões com algum nível crítico: Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Vale do Rio Doce. Entre eles se destacam negativamente os territórios do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Mucuri. Mais do que isto, ficou evidente que, ao contrário que era de se esperar, o cenário de fortes disparidades regionais em Minas Gerais apresentou sinais de recrudescimento na primeira década dos anos 2000.

A atual configuração das desigualdades regionais em Minas Gerais tem como grande razão o seu processo de formação enquanto território. Assim sendo, elas devem ser combatidas através de ações estruturais e conjunturais. No primeiro sentido, consideramos que a questão econômica é a mais relevante. E para que ela possa ser modificada, é fundamental haver esforço político para efetivo planejamento e continuidade na sua implementação. Isso porque questões estruturais devem ser trabalhadas levando em consideração a dimensão do problema posto e o maior tempo necessário para que os resultados sejam de fato impactantes. No segundo sentido, consideramos que os aspectos sociais é que são mais relevantes, mas não menos importantes. De fato, além de serem o fim último da questão econômica, eles contribuem de forma significativa para que ela também possa ser alcançada. Assim sendo, é necessário a sua priorização imediata.

Nesta perspectiva, acreditamos ser buscar compreender a configuração das disparidades regionais no território mineiro a partir de uma perspectiva ampla. É comum que o tema das desigualdades regionais seja abordado sob uma ótica economicista. Contudo, entendemos que o problema deve ser tratado nos seus vários aspectos. Isso porque, como o fator econômico só faz sentido quando propicia melhores condições de vida à população, consideramos então que ele é um meio, e não um fim em si mesmo. Para maior sucesso das políticas públicas é importante que elas sejam elaboradas levando em consideração os aspectos principais da dinâmica socioeconômica contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Fernando; FONTES, Rosa. Desigualdades inter-regionais na distribuição de renda e na repartição da pobreza em Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 1, p.36-50, jan./mar. 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6 023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14 724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais do Século XXI**. Belo Horizonte: Roma, 2002.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Programa estratégico de desenvolvimento**. Belo Horizonte, 1958.

CINTRA, Antônio Octávio; ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. Planejamento e desenvolvimento: notas sobre o caso de Minas Gerais. **R. Adm. pub.**, Rio de Janeiro, v. 10, n2, p. 221.240, abr./jul. 1976.

COSTA, Caio César de Medeiros *et al.* Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, São Paulo, ano 10, n. 20,p. 52-88, maio/ago. 2012.

COSTA VAL, Marina; GODOY, Marcelo Magalhães. Políticas industriais em Minas Gerais no período de 1933 a 1955: o desenvolvimento regional conduzido pelo Estado. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 16. Diamantina, MG. **Anais...** Diamantina, MG: ANPOCS, 2014.

CRUZ, Bruno de Oliveira *et al.* (Org.). **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2011.

CRUZ, Bruno de Oliveira. Uma breve incursão nos aspectos regionais da nova geografia econômica. In: \_\_\_\_\_. CRUZ, Bruno de Oliveira et al (Org.). Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011. p. 141-182.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. História Econômica e Regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Est. econ.**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 493-524, jul./set. 2008.

DINIZ, Clélio Campolina. A Busca de um Projeto de Nação: O Papel do Território e das Políticas Regional e Urbana. **Economia Selecta**, Brasília, DF, v. 7, n. 4, p. 1-18, dez. 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/ago. 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

DINIZ, Clélio Campolina. **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio (Org.) **Economia regional e urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1978.

DOMINGUES, Edson Paulo; RESENDE, Marco Flávio da Cunha; MAGALHÃES, Aline Souza. Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais: uma avaliação de cenário econômico no período 2012-2030. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 30. Diamantina, MG. **Anais...** Diamantina, MG: Cedeplar, UFMG, 2012.

DULCI, Otavio Soares. A burguesia e os rumos do desenvolvimento regional. In: Otávio Dulci. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Cap. 8, p. 173-190.

DULCI, Otavio Soares. Um esboço de comparação inter-regional. In: Otávio Dulci. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Cap. 10, p. 215-236.

DULCI, Otavio Soares. Elites e políticas de desenvolvimento em Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15. 1991, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 1991.

DULCI, Otavio Soares. Estado e especialização industrial. In: Otávio Dulci. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Cap.4, p. 93-106.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, *online*, n. 18, p. 95-107, jun. 2002.

DULCI, Otavio Soares. Introdução. In: Otávio Dulci. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Cap. 1, p. 15-36.

DULCI, Otavio Soares. Política e economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 90 Otavio SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9. Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 2000.

DULCI, Otavio Soares. Origens do desenvolvimento mineiro. In: Otávio Dulci. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Cap. 1, p. 37-58.

DULCI, Otavio Soares. O regional e o nacional. In: Otávio Dulci. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Cap. 9, p. 191-214.

DULCI, Otavio Soares. Recuperação econômica como projeto integrativo. In: Otávio Dulci. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Cap. 3, p. 77-92.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Território, população e natureza: caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1. p. 51-70.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. O rio Doce e a emancipação da economia nacional (Brasil). Governador Valares: Univale, 2015.

FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna; DINIZ, Clélio Campolina. Distribuição regional da indústria mineira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 39-69, dez. 2000.

FIGUEIREDO, Gustavo Figueiredo; DINIZ, Clélio Campolina; SOUZA, Osmar Tomaz de. Indústria Mineira: mudanças estruturais e aglomerações territoriais. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13. Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS: ANPEC, 2010.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Biblioteca. **Sistema Estadual de Planejamento**. Belo Horizonte: FJP, 1972.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Planejamento **Industrialização mineira e os incentivos fiscais: avaliação da lei 5 261/69**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1979. 189p. (Fundação João Pinheiro. Diretoria de Planejamento. Relatório de Pesquisa, 3).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Experiência mineira em planejamento regional: versão preliminar. Belo Horizonte: FJP, [s.d.]. (no prelo)

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 303-320.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Da arte de conhecer as doenças**: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 36p. (Texto para discussão; 347).

GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na república: atraso econômico, estado e planejamento. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Território, população e natureza: representações cartográficas na Província: em busca da imagem-síntese. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1. p. 113-134.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Território, população e natureza: introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1. p. 47-51.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria de Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 321-336.

HORTA, Cláudia J. G. *et al.* Desenvolvimento humano em Minas Gerais: alguns aspectos. Belo Horizonte: [20--]. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6520158.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

LOPES, Antônio Lanzana Luiz Martins; PIMENTEL, Edgard Almeida, HADDAD, Eduardo Amaral. **Análise espacial exploratória de dados**: uma aplicação à economia mineira considerada em seus grandes setores de atividade. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2004. (Panorama Macroeconômico, 283).

MARSON, Michel Deliberali; BELANGA, Tatiana Pedro Colla. **Indústria mineira e paulista na década de 1930**: concentração com integração.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATTOS, Izabel Missagia de. Território, população e natureza: povos em movimento nos sertões do Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1. p. 71-96.

MENESES, José Newton Coelho. A província de minas: a terra de quem lavra e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage

de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 337-358.

MINAS GERAIS. Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. **A política de desconcentração espacial da atividade industrial**: 1972/76. Belo Horizonte: Governo de Minas, [19--].

MONASTÉRIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, Bruno de Oliveira et al (Org.). *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011. p. 43-77

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 55-86.

NUNES, Marcos Antônio. **Estruturação e reestruturação territoriais do Jequitinhonha em Minas Gerais**. 2001. Dissertação (Geografia e Organização Humana do Espaço) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229 f. Tese (Doutorado de História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 279-302.

PEREIRA, Camila Amaral; VAL CONSENTINO, Daniel do. A industrialização de minas gerais sob a ótica do Governador Benedito Valadares (1933-1945). In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 4, 2014, Extremo Sul, SC. **Anais...** Extremo Sul, SC: UNESC, 2014.

PEREIRA, Claudinei da Silva; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Região e regionalizações no estado de Minas Gerais e suas vinculações com as políticas públicas. **Revista Formação**, [s.d.], v. 1, n.22, p. 42-70, 2015.

RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais**: as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 103-126

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Escrever a história de Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais**: a província de Minas. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1. p. 11-20.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 24-54.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Território, população e natureza: “torpor invencível”: história ambiental e urbanização nas povoações do São Francisco. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1. p. 97-112.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. A reinvenção das minas pelas gerais: transformações econômicas e demográficas nas regiões das Minas Gerais oitocentistas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15, Rio de Janeiro, RJ: ANPUR, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3351>>. Acesso em: 10 out. 2016.

ROMERO, Júlio A. Racchumi. Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais:1991-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2006.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35, 2011, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros, MG: ANPOCS, 2011.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais. Montes Claros: Unimontes, 2011.

SANTOS, Helenice Cristina; LEITE, Romana de Fátima Cordeiro. **Norte de Minas múltiplos olhares sobre a ocupação do Cerrado**. Montes Claros: Unimontes, 2010.

SILVA, Elydia; FONTES, Rosa; ALVES, Luiz Fernando. Crescimento e Desigualdade de Renda em Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 1, jan./mar. 2006.

SILVA, Flávio Marcus da. Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 359-376.

SILVA, Sandro Pereira; LEITE, Leonardo de Magalhães. Transbordamentos de pobreza e desigualdade em Minas Gerais: a fronteira interestadual importa? uma análise econométrica-espacial. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1. 2010, Natal, RN. **Anais...** Natal, 2010.

SINDEAUX, Roney Versiani; FERREIRA, Cândido Guerra. Industrialização e trabalho na indústria no Norte de Minas: origens, Sudene e reflexões sobre o perfil recente dos trabalhadores formais ocupados. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 30, Diamantina, MG. **Anais...** Diamantina, MG: Cedeplar, UFMG, 2012.

SINGER, Paul. Belo Horizonte, centro econômico de Minas. In: Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p. 257-270.

SINGER, Paul. A cidade industrial. In: Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p. 167-185.

SINGER, Paul. A mudança da capital. In: Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p. 213-234.

SINGER, Paul. O renascimento econômico da Zona Metalúrgica. In: Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p. 199-212.

SINGER, Paul. São Paulo e o café. In: Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p.28-40.

SINGER, Paul. A velha capital. In: Paul Singer. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. p. 213-234.

SOUZA, Carla Cristina Aguiar de; VIANA, Raquel de Mattos; LEAL FILHO, Raimundo de Souza. Desigualdade nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais: período 2000 a 2013. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 17., 2016, Diamantina, MG. Anais... Diamantina: CEDEPLAR, UFMG, 2016. Disponível em: <[http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais/economia/147-235-1-RV\\_2016\\_10\\_09\\_00\\_33\\_14\\_423.pdf](http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais/economia/147-235-1-RV_2016_10_09_00_33_14_423.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

STEFANI, João; NUNES, Marcos Antônio; MATOS, Ralfo Índice mineiro de responsabilidade social e sua dinâmica na Região de Planejamento Jequitinhonha/Mucuri. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, p. 17-33, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. **Rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais: 1839-1884.** Araraquara: UEP, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: as minas setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1. p. 87-102.

VIEIRA, Danilo Jorge. **Proposta de Organização do Ciclo de Debates sobre o Desenvolvimento Regional e do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Regional (GTDR).** [s.l: 2016]. mimeo.

VILLALTA, Luiz Carlos. Território, população e natureza: o antigo regime e a independência do Brasil (1808-1822). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: a província de Minas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013. v. 1. p. 21-46.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico. **Revista História Unisinos**, v.5, n. 4, p. 243-260, 2001.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, 50).